



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

PORTARIA N.º. 154, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Outorga a BRF – Brasil Foods S.A., o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água e diluição de efluentes tratados no Córrego Escondido.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), e;

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º27 de 09 de junho de 2009, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga superficial de Rios de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29 de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a BRF – Brasil Foods S.A., CNPJ n.º 01.838.723/0096-98, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água e diluição de efluentes no córrego Escondido, afluente pela margem direita do Jauru, bacia Hidrográfica do Paraguai, com a finalidade de abastecimento e diluição de efluentes do abate de bovino e preparação de carnes e subprodutos no município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – Coordenadas geográficas do ponto de Lançamento de efluentes: Lat. 15º 42'21,94"S e Long. 56º07'29,98"W, com uma vazão máxima de lançamento de 62,64 m³/h (0,0174 m³/s ou 17,4 L/s) e concentração máxima de Matéria Orgânica DBO_{5,20º} de 18,00 mg O₂/L, totalizando uma Carga máxima 27,06 KgDBO/d e abate máximo de 1.000 cabeças bovinas por dia;

II – O empreendedor deverá apresentar a Gerência de Outorga o pedido de Alteração da Outorga para Captação Superficial, conforme cronograma firmado no Termo de Ajustamento de Conduta n.º 082/2010, reduzindo a vazão de captação para, no máximo, 0,02315 m³/s ou 23,15 L/s, de forma a se adequar a Resolução n.º 27 do CEHIDRO de 09/06/2009;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

III – O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão Contínua de Efluentes Automatizados para monitoramento do lançamento dos efluentes da estação de tratamento no corpo hídrico, cujas medições deverão ser enviadas semestralmente para Gerência de Outorga através de relatório técnico, deverá ainda conter no primeiro relatório as especificações técnicas do medidor instalado. O prazo para instalação do equipamento é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria;

IV – O empreendedor deverá realizar o Monitoramento da Qualidade da Água do corpo hídrico (montante e jusante) e do efluente final. Devendo realizar análise, no mínimo, dos seguintes Parâmetros: Fósforo Total, Nitrogênio Total, Sólidos Totais, Sólidos em Suspensão, pH, Temperatura da Água, DBO_{5,20°C}, DQO, Turbidez, Oxigênio Dissolvido, Óleos e Graxas e Coliformes Termotolerantes mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga semestralmente até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 13 de setembro de 2013, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental;

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Art. 7º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 14 de setembro de 2010.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE.

ALEXANDER TORRES MAIA
Secretário de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MT

(Original Assinada)

**Publicada no D.O.E. do dia 15/09/2010.*